

# Revista de Informação Legislativa

Brasília • ano 40 • nº 159

julho/setembro – 2003

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

# Rússia – 3ª parte

## Organização político-administrativa da ex-URSS – conclusão

Hugo Hortêncio de Aguiar

### Sumário

1. Introdução. 2. Organização político-administrativa. 2.1. Unidades administrativas. 2.2. Hierarquia política nas Unidades. 2.3. Estrutura administrativa da URSS. 2.4. Escalonamento do Poder e funções dos órgãos administrativos. 2.5. Complexidade burocrática. 3. Retrospecto. 4. Stalin. 5. Causas da desintegração. 6. Conclusão.

### 1. Introdução

Vimos em *Rússia*: 1ª parte: origem e formação de um Império (AGUIAR, 2002, p. 203-214) a imensidão territorial que era a Rússia Tsarista e a notável diversidade de etnias ocupantes daquele gigantesco espaço físico. Em *Rússia*: 2ª parte: a revolução comunista: os seus líderes (AGUIAR, 2002, p. 147-167), focalizamos com especial destaque os episódios mais ligados à política governamental, tendo, por essa razão, como cenário, os centros da administração, São Petersburgo e Moscou. No entanto, a Guerra Civil, um desdobramento da Revolução, desenvolveu-se por quase toda a área – politicamente definida ou não – do que se costumava chamar de Rússia Tsarista. Assim, quando a Revolução Comunista se consolidou com a vitória na Guerra Civil, herdou uma desordenada “colcha de retalhos” de unidades políticas e étnicas, por ousadia denominadas repúblicas e nações, sem li-

Hugo Hortêncio de Aguiar é militar reformado, especialista em culturas e línguas do Oriente Médio e das ex-Repúblicas Soviéticas.

mites territoriais definidos. Também traçamos um perfil dos principais líderes.

Agora, nesta 3ª parte, o nosso objetivo é apresentar um quadro da estrutura Político-Administrativa da já então consolidada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas<sup>1</sup>. Da formação do Estado Soviético, partindo dessas unidades diversificadas, vamos apresentar somente um pequeno enfoque histórico.

Com um esforço muito grande de síntese e procurando sempre respeitar o perfil histórico da nova entidade política, podemos afirmar que, no consenso quase unânime dos analistas, a União Soviética tornou-se um fato com a assinatura do “Tratado da União”, de 30 de dezembro de 1922, confirmado em Conferência e Congresso imediatos e, principalmente, com a Constituição de 1924. Houve, na ocasião, sério desacordo entre Lênin e Stalin.

O primeiro queria que o nome expressasse uma “federação”, literal e efetivamente, enquanto o segundo era partidário de um Estado unitário. Chegaram a um acordo quanto à denominação “União”, que pode ser tudo e ao mesmo tempo não compromete nada. Stalin levou a melhor.

Qualquer outra denominação (federação, confederação, comunidade, etc) teria uma conotação jurídica muito mais discriminatória, o que era desaconselhável. Lembremos de que Lênin ainda estava vivo quando o Tratado foi assinado, mas já havia morrido à época da promulgação da Constituição de 1924, Carta que restringiu significativamente a autonomia das Repúblicas integrantes, expressando claramente o caráter centralizador do novo líder: Stalin.

Na época do Tratado, em 1922, somente as Repúblicas da Rússia, da Ucrânia, da Letônia, da Lituânia, da Belorrússia, da Transcaucásia (Azerbaijão, Geórgia e Armênia) e da Criméia (depois esta perdeu o nível de república) estavam efetivamente sintonizadas com o Poder Central, discutindo sua autonomia nos diversos aspectos da administração. Contudo, sob pressão

política, as demais foram, uma a uma, passando ao controle da União.

O processo foi longo, penoso e controvertido, dando motivo para o maior problema que a URSS enfrentaria no futuro: o nacionalismo.

Para administrar tão grande área geográfica e tão grande número de entidades políticas, era necessária uma estrutura muito complexa e abrangente que, de fato, foi montada. Para exemplificar tão ampla rede administrativa, tomamos como base o ano de 1981, que nos forneceu elementos pormenorizados para o estudo.

## 2. Organização político-administrativa

### 2.1. Unidades administrativas

Eis, citadas por ordem alfabética, as Repúblicas Socialistas Soviéticas (chamadas Federadas), em número de 15, seguidas de sua divisão territorial:

Armênia – Nenhuma divisão territorial;  
Azerbaijão – 1 República autônoma e 1 Região autônoma;  
Belorrússia – 6 Regiões;  
Estônia – Nenhuma divisão territorial;  
Geórgia – 2 Repúblicas autônomas e 1 Região autônoma;  
Kazaquistão – 19 Regiões;  
Kirguizistão – 3 Regiões;  
Letônia – Nenhuma divisão territorial;  
Lituânia – Nenhuma divisão territorial;  
Moldávia – Nenhuma divisão territorial;  
Rússia – 16 Repúblicas autônomas, 5 Regiões autônomas, 47 Regiões, 10 Distritos de nacionalidades e 6 Territórios;  
Tadjiquistão – 5 Regiões;  
Turquemenistão – 5 Regiões;  
Ucrânia – 25 Regiões; e  
Uzbequistão – 1 República autônoma e 11 Regiões.

### 2.2. Hierarquia política nas Unidades

1 – A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era formalmente concei-

tuada como “federação”, mas constituía-se, de fato, em um Estado unitário, controlando todas as Unidades dentro de sua área;

2 – As 15 Repúblicas Socialistas Soviéticas, chamadas “federadas”, cujo grau de autonomia foi minguando até quase desaparecer por completo, durante o governo de Stalin, e assim permaneceram até a dissolução da URSS;

3 – As Repúblicas autônomas são formações nacionais, estatais, integram a República federada em cujo território se situam. Assim, a República Autônoma de Chechen-Ingush, próxima ao Mar Cáspio, cuja etnia e cultura é um quebra-cabeça, é a nossa conhecida Chechênia e integra a República da Rússia, em cujo território está situada;

4 – As Regiões Autônomas, já menos hierarquizadas, ficam dentro de um Território e respondem à existência de algo especial na área. Assim, no Território de Khabárovsk, fica a Região Autônoma dos Judeus;

5 – Os Distritos de Nacionalidades são formações geralmente urbanas, circundadas por pequenas áreas, com população pequena, falando sua língua nativa, e situados dentro de um Território. Assim, no Território de Krasnoiarsk, fica situado o Distrito dos Dolgan-Nenets e dos Evenques, dois agrupamentos humanos relativamente pequenos, falando línguas difíceis para nós, ocidentais. O Distrito forma o conjunto do Taymir;

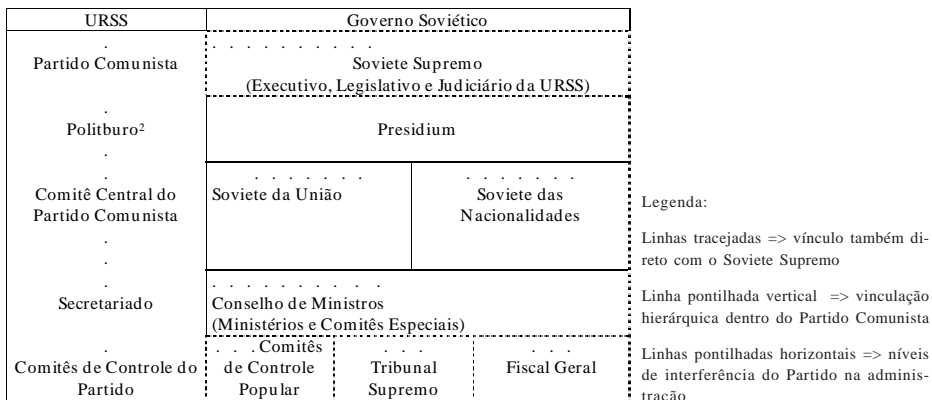
6 – As Regiões e os Territórios, mesmo sem nenhuma Unidade administrativa em

seu interior e puramente territoriais, exigem administração de instalações desdobradas em sua área e são, naturalmente, encargos de governo;

7 – Como curiosidade, queremos informar que a repetida terminação “stão”, tão usada na denominação de Unidades da URSS (como também em grande parte da Ásia), significa “país”, “nação”, e tem origem no idioma altaico (túrquico), com a grafia transliterada “stan”. Desse modo, Uzbequistão é o país dos “Uzbeques”, habitantes da área. Afeganistão (fora da URSS) é o país dos “Afegans” ou “Afegães”. Kurdistão (também fora) é o país dos “Kurdos” e assim por diante. Em resumo, à URSS cabe o controle de, pelo menos, 176 entidades administrativas, desde o mais alto nível como a Ucrânia, até o mais modesto distrito de nacionalidade, como o Chukchi, no extremo Nordeste Siberiano. Com uma população, em 1989, de aproximadamente 270.000.000 de habitantes e uma superfície de 22.400.000 Km<sup>2</sup> (mais de duas vezes a da China ou dos EEUU e quase três vezes a do Brasil), a URSS teria de possuir uma estrutura administrativa de grande porte, o que veremos a seguir.

### 2.3. Estrutura administrativa da URSS

Mostraremos apenas um resumido gráfico do Soviete Supremo, órgão do mais alto poder soviético. A seu lado (pontilhado em vertical), a cúpula do Partido Comunista.



1) Pelo gráfico da página anterior, vemos que o Poder Estatal era fundamentado nos Sovietes (Conselhos) que, afinal de contas, deram o nome à União Soviética ou União dos Sovietes;

2) Os Sovietes desempenhavam duas funções, legislativas e executivas; o Poder Judiciário (Tribunal Supremo), embora formalmente independente, integrava-se ao Soviete Supremo, como mostra o esboço;

3) Conselho de Ministros: congregava Ministérios da União, Ministérios da União e das Repúblicas e Ministérios só das Repúblicas, além de Comitês Especiais, tudo em número muito maior que o da maioria dos países desenvolvidos;

4) Outra diferença a ressaltar era a existência de um Comitê de Controle Popular, subordinado diretamente ao Soviete Supremo, e que não devemos confundir com o órgão Ministério Público. Este é dirigido pelo Fiscal (Procurador) Geral;

5) Finalmente, a parte pontilhada correspondia ao PCUS (Partido Comunista da União Soviética), que não integra o Soviete Supremo, mas atua paralelamente.

#### *2.4. Escalonamento do Poder e funções dos órgãos administrativos*

1) Era a coluna dos Sovietes a espinha dorsal do governo, que se escalonava verticalmente desde o Soviete Supremo até os Sovietes locais das menores unidades, passando pelos Sovietes das Repúblicas Federadas e Autônomas, que não possuíam o Soviete das Nacionalidades, está claro, somente o Soviete da própria República. Esses órgãos, semelhantes aos da União, guardavam proporcionalidade de território, população e expressão política. Como ordem de grandeza do número de Sovietes, havia, em 1981, na URSS, 1 Soviete Supremo da União, 15 Sovietes Supremos das Repúblicas Federadas, 20 Sovietes Supremos das Repúblicas Autônomas e 50.991 Sovietes locais. Todos os Deputados do Povo, membros dos Sovietes, de cima a baixo, eram eleitos por prazos razoáveis, conforme o nível, mas não remunerados.

Quando eram forçados a permanecer por algum tempo fora do trabalho profissional, havia um ajuste de salário. Os Deputados do Povo (ou Populares) tinham todas as regalias e imunidades de um Deputado dos países democráticos, e muito mais poder, pois eram também executivos e representavam o Poder Soviético na sua área de jurisdição. Como lhes era necessário pessoal auxiliar, havia em 1981, na URSS, aproximadamente 50.000.000 de pessoas trabalhando nos Sovietes, sendo quase a metade Deputados Populares.

2) Outra coluna interessante era a de Controle Popular, também subordinada ao Soviete Supremo, com cerca de 9.500.000 ativistas. Sua missão principal era a verificação do cumprimento dos Planos Ministeriais, por meio de inspeções da disciplina, gastos, burocracia e, acima de tudo, produtividade. Esses ativistas atuavam muito junto às fábricas, empresas, instituições e utilizavam o rádio e a tv para mostrar ao público a consecução dos objetivos soviéticos.

3) Na coluna da Ordem Jurídica, o sistema judicial, à primeira vista semelhante ao das Repúblicas democráticas, apresentava singularidades:

– Os juízes dos Tribunais Superiores da União, das Repúblicas Federadas e das Autônomas eram eleitos pelos respectivos Sovietes, por prazos;

– Todo o Sistema era fundamentado na existência dos Tribunais Populares que, na sua ponta inferior, eram constituídos de 3 membros (um juiz e dois jurados) em todo o País. Em 1981, havia cerca de 350.000 Tribunais Populares, que se reuniam durante duas semanas, uma vez ao ano;

– Os juízes dos Tribunais Populares deviam, em princípio, possuir o curso de direito.

Embora a Constituição expressamente afirmasse a independência do Poder Judiciário, vamos assinalar a seguir alguns aspectos que sugerem dúvidas quanto a isso:

– As associações de trabalhadores participavam da seleção dos candidatos a juízes;

– Inúmeros casos, supostos de menor importância, eram transferidos de Tribunais

Superiores para Tribunais Populares de empresas ou sindicatos;

– O Tribunal Popular de uma fábrica ou instituição semelhante, a pedido da assembléia do sindicato respectivo, podia mudar a condição de castigo ou liberdade do implicado (liberdade condicional ou mesmo prisão na própria instituição).

Daí concluirmos por uma significativa diminuição na aplicação integral da lei soviética, em face do “corporativismo” das associações de classe.

4) A coluna do Ministério Fiscal tinha como chefe o Fiscal Geral, uma espécie de Procurador Geral combinado com Advogado da União, ou seja, alguém que defendia os interesses tanto do Governo quanto do Estado soviéticos; interesses que, na prática comunista, confundiam-se.

Deixamos, finalmente, para o término da descrição dos Poderes o PCUS (Partido Comunista da União Soviética), cuja organização de topo está grafada em contorno pontilhado.

Com 17.500.000 de membros (em 1981), o Partido estruturava-se de cima a baixo, desde o Comitê Central da União, passando pelos Comitês das Repúblicas integrantes, até as OB (Organizações de Base) nas áreas mais distantes e de menor índice populacional, cada uma com, no mínimo, três membros e somando, em todo o território da União, 414.000 OB.

Os Estatutos proclamavam que o PC era a força dirigente da sociedade soviética e, embora não reclamassem para si a função de dirigir os assuntos de Estado, delegavam aos Órgãos do Partido o direito de controlar a administração, com a geração de inúmeros conflitos. As linhas pontilhadas do gráfico indicam a intervenção, tanto vertical quanto horizontal, do Partido, em todo ramo da administração estatal.

### 2.5. *Complexidade burocrática*

A exposição que fazemos mostra a complexidade que havia na burocracia soviética e, também, como uma máquina adminis-

trativa desse tipo tende a se tornar cada vez mais pesada e lenta, até suscitar em qualquer país, mesmo na URSS, a busca da simplificação. Todavia, esse quadro era amenizado lá, eis que os Sovietes exerciam dupla função de executivo e legislativo e eram – e ainda são – tradicionalmente organizados para esse tipo de poder abrangente. Se não havia divergências entre os Poderes citados, muito comuns nas democracias – o que é natural e faz parte de um desenvolvimento civilizado –, na URSS os conflitos funcionais eram muito mais numerosos e intensos.

Na URSS, a administração estatal era, com todo esse aparato, ambiente favorável às divergências funcionais, que podiam-se transformar em disputa do Poder, quanto mais atingiam o nível governamental. Essa ânsia de liderança era tão presente que, para a Presidência da União, a ser normalmente ocupada pelo Presidente do Presidium Supremo, era sempre eleito o Secretário Geral do Partido Comunista. Assim, com a acumulação desses dois cargos, evitava-se conflito.

Isso na área do governo central, porque, quanto à assimilação das “nacionalidades”, cada líder tinha uma concepção própria de governar. Remanescia, portanto, o “nacionalismo” das etnias como o grande e eterno problema da URSS, jamais solucionado.

Trata-se de um capítulo à parte, a exigir páginas e páginas de considerações, por isso abordado aqui apenas de passagem.

Até agora tratamos de órgãos administrativos, incluído o PCUS – por causa de sua ação fiscalizadora da máquina estatal –, pois o Partido é o mentor da filosofia política de governo.

Mas não podemos deixar de também, e finalmente, considerar a complexa burocracia das organizações sociais como complementares da administração, com especial atenção para os sindicatos que, além de sua ação nas questões de trabalho, exerciam uma influência considerável na produção e no seguro social. Já vimos, anteriormente, como influem na administração do sistema judicial. Em 1981, o número dos sindicalizados

era de 125.000.000. Além dos sindicatos, há outras organizações sociais como Komsomol (Sociedade da Mocidade Comunista), a União da Juventude Comunista, os Pioneiros de Lênin, a Cruz Vermelha, as Uniões de Escritores, de Cientistas, o Comitê de Mulheres Soviéticas, a União de Sociedades Soviéticas de Amizade e Relações Culturais com outros Países, além de centenas (não é exagero) de outras organizações menores, disseminadas até o mais longínquo recanto, como comitês de rua, de clubes, etc. Onde se reuniam duas ou mais pessoas era formado ou um soviete, ou comitê, ou sindicato, ou outra organização social com as mais diversas finalidades.

### 3. *Retrospecto*

Na primeira parte, Revista nº 155, fizemos um resumo do cenário e dos personagens principais do grande quadro histórico da Rússia Tsarista. Nesse cenário, procuramos amenizar a leitura focalizando aspectos singulares e curiosos da imensa vastidão territorial, evitando descrições enfadonhas de geografia física. Apesar da prevalência do clima frio na maior parte do território, ficou patente que, por sua abrangência geográfica, há variedade de climas em regiões específicas.

Quanto aos personagens, uma vez enquadrada a história da Rússia como um drama contínuo, consideramos os povos de mais de uma centena de nacionalidades habitantes do continental espaço físico, reservando-nos a tarefa de apenas ressaltar aqueles que tiveram participação direta nos acontecimentos, seja devido a ações militares ou desbravamento territorial, seja por laços histórico-étnicos, marcados pelo tradicionalismo interiorano, como é o caso dos “chuvash”.

Na segunda parte (AGUIAR, 2002, p. 147-167) projetamos os episódios mais decisivos da Revolução Comunista, particularmente aqueles que apresentavam traços políticos de maior interesse para os leitores

dessa Revista, e traçamos um perfil, tão real quanto possível, dos principais líderes do movimento, com a discriminação de três graus de filosofia político-revolucionária: indefinição, instabilidade e decisão, estereotipados, nessa ordem, nas figuras de Kerenski, Trotski e Lênin.

### 4. *Stalin*

Sobre Stalin, como deve ter sido observado pelos leitores, falamos muito pouco, mas isso se deve ao fato de seu governo ter decorrido após a consolidação da Revolução, em cujos episódios o seu papel foi muito apagado. O nosso objetivo, na 2ª Parte do tema, era a síntese do movimento bolchevista e de seus líderes e, somente de passagem, fizemos referência a Yosif Visarionovich Djughashvili, Stalin. Nesta 3ª Parte, ao citarmos a organização político-administrativa da URSS, damos uma amostra do perfil do líder georgiano, pelo aspecto centralizador, autoritário e repressor de todo o aparato governamental, marca de sua personalidade.

Stalin era conhecido por seu “nacionalismo russo”, isto é, nada de nacionalismo para as inúmeras nacionalidades que integravam o antigo Império Russo. Tudo para um só Estado, o Império Soviético, substituto do antigo Império. No âmago, era um pensamento absolutamente contrário ao de Lênin, o fundador do Comintern ou 3ª Internacional, organizado para levar o comunismo ao resto do mundo.

Como já dissemos anteriormente, Yosif, Stalin, georgiano de nascimento, não tendo tido papel de muito relevo na Revolução Comunista, tomou parte no primeiro Soviete de Comissários do Povo, mas no cargo considerado menos importante do governo: o Comissariado das Nacionalidades. Talvez porque somente ele tivesse condições para tratar as nacionalidades com mão de ferro.

Mais novo do que Lênin, Stalin nasceu em 1879, nove anos depois, e era dois anos mais velho que Kerenski. Em 1905, organizou em Tiflis, Geórgia, o Partido Social De-



mocrático. Levado por Lênin para o Comitê Central do Partido Bolchevista, somente depois da Revolução Comunista passou a crescer politicamente. Após a morte de Lênin, lutou pela liderança e expulsou do Politburo Trotski (1925), e depois Kamenev e Zinoviev (1926).

Iniciou em 1935 o grande expurgo, com deportações e execuções que não pouparam ninguém, incluídos, mesmo, até membros da família. Realizou invasões na Polônia e Finlândia e comunizou os Países Bálticos.

Seu programa de industrialização não ruiu por causa da 2ª Guerra e do apoio dos Aliados.

Levou grande vantagem com a conferência de Ialta, no fim da guerra, porque era um político matreiro, sendo mais inteligente do que parecia.

Após sua morte, em 1956, Krushev, seu sucessor, iniciou um período de “desestalinização”, na tentativa de apagar a sua memória, e adotou medidas “práticas” para neutralizar o reino de terror deixado por ele.

No entanto, o papel de Stalin na 2ª Guerra foi importante, e ele conseguiu vencer a Batalha de Stalingrado (Cidade de Stalin – agora Volgogrado, Cidade do Volga), que praticamente decidiu o grande conflito na frente oriental, com uma derrota fragorosa das forças alemãs.

### 5. *Causas da desintegração*

Nessa 3ª e última Parte, apresentamos – sem o acúmulo de gráficos, para maior facilidade de uma visão de conjunto – um resumo esboço, montado em linhas e colunas, do topo da administração soviética.

Embora sintéticos ao máximo possível, não pudemos evitar a descrição desejável de um quadro pormenorizado da intrínca-da, complexa e pesada burocracia soviética que, a bem da verdade – devemos dizer –, era absolutamente necessária para a instalação e manutenção do sistema de governo assumido pela União por 75 anos, tão promissor aos olhos de tanta gente.

Essa estupenda máquina burocrática quebrou-se e – fique bem claro – algumas peças soltas ainda ocupam espaço de trabalho, à espera de uma remoção definitiva que pode durar anos.

E o atual presidente Vladimir Pútín (observar a acentuação tônica) recebeu o difícil legado com todos os desajustes possíveis e imagináveis e os remanescentes de atritos filosóficos e funcionais.

É uma tarefa gigantesca para um dirigente e, até agora – tudo indica –, ele está agindo com acerto: externamente, com personalidade e equilíbrio, e internamente, com paciência oriental na luta para recuperar uma economia ultrapassada<sup>3</sup> e, ao mesmo tempo, aplinar as divergências de todo o tipo entre os segmentos recalcitrantes do ex-governo soviético. Qualidades ele possui para a obtenção do sucesso. Dotado de cultura geral diversificada, tem boa experiência na área internacional e, acima de tudo, uma perspicácia invejável, aliada a uma sagacidade política jamais encontrada em seus antecessores. Inteligência não lhe falta.

E agora, depois do exposto, vem a justificada pergunta: Por que, afinal, desintegrou-se a URSS?

Essa pergunta é intuitiva para um observador com acesso, no todo ou em parte, ao funcionamento dessa estrutura político-administrativa colossal, assentada numa vastidão territorial imensa e já experimentada em novo sistema de vida por quase um século. Acrescentemos a esse panorama global a consecução de vários objetivos sociais, projetados internacionalmente em dimensões majoradas por uma propaganda insistente – contudo, diga-se, estrutura essa que atingiu, realmente, no campo militar, posição de liderança mundial, juntamente com os EE UU–, e o leitor não encontrará jamais resposta convincente para sua indagação.

Então, três alternativas analíticas são utilizadas para a solução dessa questão.

A primeira é o método tradicional analítico, científico, da decomposição do conjunto em suas partes, fazendo-se o confronto



entre as causas e os efeitos. Para esse método, não é preciso que sejamos cientistas políticos. Basta um pouco de leitura básica e um acompanhamento dos eventos modernos e podemos dar início à análise.

O projeto, contudo, apresenta inúmeras vulnerabilidades, sendo a seguir as principais:

– O número de fatores que influem na avaliação: históricos, sociais, econômicos, militares, já tradicionalmente consagrados, e com a adoção, em acréscimo, de causas ambientais, psicossociais, científicas, etc., que sempre existiram, mas têm, especialmente agora, grande prevalência;

– A posição do observador, isto é, do analista, tem um papel decisório na apreciação dos fatores;

– Em regra, os fatores não influem isoladamente, porém grupados, em face das relações humanas que evoluíram e do sentido comunitário que preside o desenvolvimento social;

– Há que eleger um fator preponderante ou mais de um, e até agora não apareceu ciência capaz de instruir um analista para a sua escolha;

– Essa diversificação de fatores, a sua combinação e a avaliação do analista, por mais imparcial que procure ser, podem levar o leitor, por mais prevenido que seja, inconscientemente, para um resultado não o mais real e justo. Se houver intenção de atingir objetivos prefixados, então as deformações serão significativas. Assim, se o analista possuir uma experiência objetiva do assunto e um pouco de criatividade, ele poderá mostrar ao leitor o lado da moeda que lhe convier.

Vamos dar um exemplo de um fator psicossocial: a “mentalização” do povo russo, isto é, sua atitude mental favorável à implantação de um governo “marxista-leninista”, logo depois da Revolução. Com a Guerra Civil, os anos de morte, peste, fome, combates violentos contra os exércitos dos Aliados, falta de liderança dos revolucionários nas fileiras do Exército Vermelho (quase todo nas mãos de oficiais do Tsarismo) e

derrotas inúmeras fizeram prevalecer, no final das contas, a nova filosofia de governo. Então, dirão os leitores apressados, essa filosofia era correta, pois superou tantos antagonismos...

Esse sistema de governo, essa mesma ideologia política, sustentados por uma estrutura político-militar em posição de liderança no mundo, experimentados durante 75 anos de propaganda cientificamente administrada, beneficiada pelos naturais percalços das nações democráticas em períodos de transições sociais, tudo isso desaba instantaneamente.

Conseqüência de uma guerra ou ação política turbulenta? Não.

Foi uma resposta lógica a uma seqüência simples, ordenada e objetiva de críticas do líder comunista, Mikhail Gorbachov, apresentadas em Congressos do Partido, ressaltando, com sinceridade, os erros e contradições do programa soviético de governo.

Baseado nesse mesmo tema, um outro líder, Boris Yeltsin<sup>4</sup>, sem muita tradição política, com ignorado apoio militar e hábitos de vida um tanto epicuristas, sobe num palanque improvisado em frente a uma instalação central da poderosa KGB<sup>5</sup> e faz uma proclamação de limitada duração, para um agrupamento de pessoas que não chegam a constituir uma multidão, e o sistema desintegra-se.

Então – repetirão aqueles mesmos leitores –, a filosofia de governo era falsa. É o outro lado da moeda.

A verdade é que três quartos de século eram passados e as causas evoluíram com o tempo, e os próprios tempos mudaram.

Porém, mesmo na Guerra Civil russa, disporíamos de argumentos outros para a explicação da vitória comunista, ou melhor, da derrota dos Aliados, à base de importantes aspectos não explorados pela literatura histórica comumente conhecida.

De modo que, para explicarmos a desintegração da URSS, é perda de tempo procurarmos a resposta pelos recursos objetivos da análise tradicional, muito útil para pro-

vas acadêmicas, mas absolutamente inócua ao juízo de um observador mais exigente.

Passando para uma segunda alternativa de análise, e tendo em vista que a mudança operou-se em um contingente nacional de três gerações, sob modelar lavagem cerebral, muitos leitores, mesmo os mais céticos, arriscarão um palpite: só milagre!

Realmente, a aceitação da intervenção do fator sobrenatural no destino dos acontecimentos humanos pode, também, explicar modificações inesperadas na ordem lógica dos eventos históricos, como a observada na URSS.

É uma atitude simplista, mas coerente com a fé humana, e muito assumida historicamente por um número significativo de filósofos, número esse muito maior do que é apresentado comumente. Não precisaremos ir muito longe. Basta compilarmos a história da filosofia no mundo contemporâneo e chegaremos a essa conclusão, sem a necessidade de retornarmos no tempo para somar nomes.

Contudo, um desses nomes, do século IV, Santo Agostinho, não poderia deixar de ser destacado; tem exercido enorme influência desde sua época até hoje como um dos maiores filósofos e teólogos cristãos, já que sua filosofia integrava a sua teologia<sup>6</sup>.

Conquanto não possamos esconder a nossa admiração pelo pensamento filosófico desse grande Doutor da Igreja, preferimos adotar uma terceira alternativa, que é uma combinação das duas primeiras, resumindo todos os fatores de análise em três elementos básicos: *a Cultura Grega, o Direito Romano e o Misticismo Judaico*, os quais analisaremos no capítulo seguinte.

Consideramos esses elementos como mínimos necessários para o progresso social, e o pensamento não é nosso, pois já foi publicado em órgão responsável, de alto nível cultural, embora expresso em outra língua.

## 6. Conclusão

Queremos manifestar, com a permissão dos editores, a nossa adesão a esse conceito

alternativo, que afirma ser a combinação, total ou parcial, desses três fatores fundamentais e mínimos necessários, a cultura grega, o direito romano e o misticismo judaico, suficiente para que qualquer promoção social seja fadada a uma realização plena e duradoura.

Como Cultura Grega, entendemos o magnífico acervo de conhecimentos humanos gerados internamente na Grécia antiga ou herdados e assimilados de outras culturas, inspirador e desencadeador de realizações notáveis na história do mundo. Os gregos alcançaram culminâncias intelectuais, literárias, científicas e artísticas que têm servido de base aos homens de todos os continentes na busca de sabedoria e beleza.

A cultura da Grécia foi abrangente no espaço e no tempo. No espaço, porque disseminou as suas idéias por toda a área de conquistas, enquanto aperfeiçoava e consolidava conhecimento de povos conquistados e vizinhos, como é o caso da filosofia egípcia. No tempo, por ser uma síntese modificada das civilizações do antigo Oriente, que primavam pelo absolutismo, pelo supernaturalismo e pela sujeição do indivíduo ao grupo, mas uma síntese modificada pelos ideais de liberdade, de racionalismo e respeito pela dignidade individual.

Quanto ao Direito Romano, ou Ordem Romana, não temos dúvida alguma em afirmar que foi o legado mais importante deixado pelos romanos às culturas sucedâneas. Discordamos dos historiadores que consideraram esse sistema de direito originário da proclamação da Lei das Doze Tábuas, em 445 a. C.

Julgamos que foi resultado de uma evolução gradual desde os primórdios da História, com os costumes punitivos dos primitivos agrupamentos humanos, passando, com o transcorrer da civilização, por códigos orientais, como Hamurabi e Deuteronômio, até chegar às bases da jurisprudência romana, no período do Principado, com a adoção das idéias de Gaio e Ulpiano, entre outros.

Nessa época, o direito foi consolidado em três grandes ramos: *jus civile*, *jus gentium* e *jus naturale*, sendo este último uma verdadeira filosofia.

O Direito Romano eliminou contradições de escolas filosóficas gregas e deu ao indivíduo (ao cidadão romano) o máximo de valorização, juntamente com a busca da justiça social ideal e abstrata, o que, por si só, justificaria a sua importância no contexto da evolução social das nações.

Por Misticismo Judaico entendemos e consideramos não só a sublimação da tendência da aceitação do sobrenatural pelos povos do Oriente Médio e circunvizinhanças, como também do politeísmo de várias “nações” da área (como as nações cananais, os caldeus, os babilônios, etc) ao monoteísmo dos hebreus. A esse incontável contingente místico agregamos também as concepções persas do Zoroastrismo, do Mitraísmo, do Gnosticismo e do Maniqueísmo, além dos empréstimos mesopotâmicos. Contudo, seria uma falha nossa não incluirmos o Esoterismo oriental, com centro e capital em Safed (Tsifat, em hebraico), na alta Galiléia<sup>7</sup>.

Mais tarde, muito mais tarde, esse monoteísmo hebraico instituído em Lei Mosáica, interpretada pelos Profetas e consolidada no Velho Testamento, propiciou, em maior e menor grau, o aparecimento de duas iluminadas filosofias monoteístas, o Cristianismo e o Islamismo, cujas raízes patriarcais e proféticas, nas Escrituras, são de fácil identificação.

Os três elementos básicos receberam a sua qualificação gntífica, porque as suas mais expressivas bases de desenvolvimento foram Grécia, Roma e Judéia. No entanto, a sua abrangência é muito grande, o que justifica o seu conceito de alicerces do progresso social, garantia às nações que os absorveram da permanência no rol das ditas civilizadas.

A URSS não assimilou muito bem a Cultura grega.

Tomemos, como exemplo, a arte, expressão mais lídima dessa cultura. A arte grega simbolizava o “humanismo”, sendo o ho-

mem glorificado. Assim, os deuses das culturas não eram senão ligados a imagens de humanos, e as fantasias mitológicas se confundiam com os poemas descritivos de romances terrenos.

Enquanto isso, na URSS, o periódico *Vopróssy Filossófi* (Questões de Filosofia), veículo de propaganda do “realismo socialista”, que torna a arte um instrumento da política, apresentava o seguinte pensamento: “Arte pura é ficção”<sup>8</sup>. Uma sentença lapidar de artesanato da meia-cultura. Numa comparação um tanto grotesca, mas de plena validade, é como “tirar um cavalo puro-sangue do hipódromo e transformá-lo em animal de carga, colocando-lhe antolhos para não errar o caminho na nova trilha acidentada”.

Com relação à censura de todo tipo de publicação literária, é dispensável falarmos, porque é bem conhecida.

No aspecto Direito Romano, lembraríamos que, há mais ou menos 2.000 anos, um escravo do norte da África, gladiador, se vencedor de uma luta pública muito concorrida, poderia, embora em casos muito especiais, obter seu documento de alforria, e até pleitear trabalho no meio da sociedade romana.

Na URSS, todavia, em pleno século XX, nenhum cidadão poderia desempenhar funções públicas, se fosse conhecida a sua posição ideológica contrária ao marxismo-leninismo, isso sem falarmos de outras punições severas para esse pretendo candidato a servidor. Candidatar-se a determinadas funções, só sendo membro do Partido Comunista. A Constituição, entretanto, era clara e preceituava liberdade de opinião e de pensamento. Na prática, a teoria era outra, justificada pela necessidade de segurança do Estado.

Sujeita a deformações, em face da flexibilidade da matéria em questão, poderíamos projetar a imagem do Direito Romano como “liberdade individual” e a do Direito Soviético como “autoritarismo estatal”.

Na parte relativa ao Misticismo Judaico, talvez fosse dispensável qualquer referên-

cia, uma vez que a filosofia soviética de governo era ateuísta, não sendo permitido o culto de qualquer crença religiosa em instituições oficiais, apenas tolerada a sua prática, com muita reserva, a ambientes restritos.

Temos em mãos, em dois exemplos significativos, a expressão da profunda aversão da propaganda comunista pela religião:

– Um “poster” (placar) mostra uma jovem subindo a escada de um clube; dois homens, com cara de assaltantes e levando um duplo crucifixo, tentam deter a moça. Os dizeres (em russo) são: “a jovem soviética tem um belo roteiro – livraria, clube, fábrica e campo. Não deixaremos que ‘beatos’<sup>9</sup> e ‘fanáticos’ a tirem do caminho”.

– Outro quadro mostra uma bruxa-feiticeira, Baba-lagá<sup>10</sup>, na tentativa de pendurar um crucifixo no pescoço de uma criança, dentro de uma igreja, com os dizeres (também em russo): “os padres (ou prelados) procuram, com o auxílio de mulheres desse tipo, e sob o efeito de incenso, colocar pesos (fardos, tropeços, mós-de-moinho, etc) nas almas jovens, mas não deixaremos”.

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, como acabamos de ver, não possuía os elementos básicos, fundamentais, mínimos necessários para possibilitar uma realização plena a seu povo sofrido, heróico e merecedor de um grandioso destino.

E, se chegava a manipular um ou mais desses ingredientes, não era em dose suficiente para a obtenção de um produto final bem acabado: inteligente, como símbolo da liberdade cultural; justo, como fruto da prevalência do direito; e perene, como sinal da proteção monoteísta.

A União Soviética não era esse produto. Por isso, implodiu.

### Notas

<sup>1</sup> URSS (=SSRU, em inglês;=CCCP, em russo). CCCP transliterado, quer dizer: Soiúz Soviétskikh Sotsialistícheskikh Respúblikikh, ou seja, União (das) Soviéticas (das) Socialistas Repúblicas, URSS. Nota: o *kh* é pronunciado como o *jota* espanhol.

<sup>2</sup> “Politburo”, abreviação de Politítcheskoie Buró (do francês “bureau”), quer dizer “Gabinete Político” e era o órgão mais alto de direção do Partido, integrando o Comitê Central, que só se reunia periodicamente. Colocamos o Politburo na mesma linha do Presidium do Soviete Supremo para mostrar a equivalência de funcionamento, porque todos os dois eram permanentes, enquanto o Comitê Central do Partido e os Sovietes da União e das Nacionalidades (que também formavam o Soviete Supremo) somente se reuniam periodicamente.

<sup>3</sup> No XXVII Congresso do Partido Comunista (25 de fevereiro a 6 de março de 1986), em Moscou, o então Secretário do PCUS, Mikhail S. Gorbachov, apresentou o Informe Político aos congressistas, milhares deles, pois além do pessoal do Comitê Central havia 152 delegações de dentro da própria União e 113 delegações de outros países. Esse Informe Político fazia muitas críticas aos diversos aspectos da administração soviética, particularmente a insucessos na área econômica. Em ataque direto aos Sovietes, incluído o Soviete Supremo, Gorbachov, depois de fazer o “politicamente correto” elogio de costume, apresentava a sua censura direta:

(Trecho do Informe Político) “... Ao receberem o mandato dos eleitores, os organismos do poder local assumem a responsabilidade por tudo o que se passa na vida da sua área de ação. Mesmo que alguém possa dizer: não é uma questão da minha competência, para os Sovietes não se pode admitir semelhante fórmula. A habitação, a instrução e a saúde públicas, os artigos de amplo consumo, o comércio, os serviços, os transportes públicos e a proteção da natureza, tudo isso são problemas da sua competência direta”.

(Em seqüência da página anterior, outro trecho do Informe Político) “Temos que cumprir o quanto antes a tarefa de abastecer completamente o País de produtos alimentares”. E assim por diante. Era o começo do fim.

<sup>4</sup> O líder, necessariamente, não é um indivíduo de conduta doméstica e social exemplar. O que o caracteriza e consagra é a ação desprendida, inteligente e oportuna em benefício da coletividade. Boris Yeltsin é um exemplo.

<sup>5</sup> KGB é a sigla de “Komitét Gossudárstvennoi Bezopásnosti” (Comitê da Segurança do Estado).

<sup>6</sup> Não podemos deixar de proclamar a nossa adesão a ela, que justificava o conhecimento das coisas supremas do universo como revelação. Como cristãos ocidentais, inspirados pelas surpreendentes revelações de San Nicolas, Guadalupe, Fátima, Lourdes e Mediugorie, é natural e intuitivo que procuremos resposta dos acontecimentos no desdobramento do plano divino. Respeitamos, porém, as concepções teístas diferentes da nossa, tanto de leitores nacionais como de outros países, cujas tradições místicas não queremos sensibilizar, particular-

mente nesses tempos de tendência ecumênica e busca da tolerância mútua.

<sup>7</sup> Conhecemos o Oriente Médio, seus povos e seus idiomas, e podemos garantir que, ainda hoje, respira-se, expressa ou veladamente, o espiritualismo do monoteísmo revelado de Abraão, sem antecessores, conforme julgamos.

O monoteísmo revelado de Abraão é datado do século XIX (entre 1900 e 1800 a. C.), quando o patriarca ainda estava em Harran, povoado em Aram (hoje Síria), embora a fronteira atual tenha transferido o povoado para o território turco. Falava-se o aramaico na região, idioma um pouco diferente do hebraico que Abraão e sua comitiva levaram de Ur;

O Zoroastrismo, com raízes projetadas para o século XV a. C., realmente foi fundado entre 500 e 400 a. C., mais novo, portanto;

O Mitraísmo, síntese do zoroastrismo com cultos babilônios, só se tornou culto definido entre 400 e 300 a. C., portanto é também mais novo;

O Maniqueísmo e o Gnosticismo surgiram depois do nascimento de Jesus Cristo, como também o Islamismo, quase seis séculos depois;

Os cultos mesopotâmicos (sumérios, babilônios, caldeus, assírios) não foram considerados, porque politeístas;

Embora não seja parte do nosso tema, porém como curiosidade, vamos mostrar, a seguir, as prováveis datas das religiões do Extremo Oriente: Vedas – 1500 a.C.; Bramanismo – 700 a.C.; Hinduísmo – 600 a.C.; Budismo – 500 a. C. Assim, o monoteísmo de Abraão não tem antecessor, como

dissemos (as datas são aproximadas, médias de várias fontes fidedignas).

<sup>8</sup> A frase, transliterada do russo para o português é a seguinte: “Tchístoie Iskússtvo – éto fiktsia” (*Vopróssy Filossófií*, n. 11, p.83, 1965).

<sup>9</sup> Entendido aqui não no significado de “pré-santificados na Igreja Católica”, mas no do adjetivo aplicado pela crítica mundana, que significa “frequentadores muito assíduos de templos e cerimônias religiosas”.

<sup>10</sup> “Baba-Iagá” é uma horrenda bruxa lendária russa, dos livros de contos infantis, que mora numa “cabana sobre patas de galinha”, peça de “Quadros de uma Exposição”, obra musical de grande renome do compositor russo Moussorgski, composta em homenagem a um grande amigo, arquiteto e pintor, autor da exposição de pintura referida e então falecido.

Vejam os leitores como a propaganda soviética via as catequistas e missionárias!

### Bibliografia

AGUIAR, H. H. de. Rússia: 1ª parte: origem e formação de um império. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 39, n. 155, p. 203-214, jul./set. 2002.

\_\_\_\_\_. Rússia: 2ª parte: a revolução comunista: os líderes. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 39, n. 156, out./dez. 2002.